

Alvaro rejeita maus-tratos a Oviedo

Senador apóia carta de parlamentares paraguaios protestando contra tratamento dado a militar dissidente. **Página 8**



Saturnino, entre indicados para embaixadas, preside a CRE

Comércio com o Iraque pode ser retomado, anuncia embaixador

O comércio bilateral entre Brasil e Iraque, bastante intenso nas décadas de 70 e 80, pode ser restabelecido. A previsão foi feita pelo embaixador designado para Bagdá, Bernardo de Azevedo Brito, cuja indicação foi acolhida pela CRE. **Página 8**

Senado examina redução do recesso

Aprovada pela Câmara, proposta que fixa em 55 dias as férias dos parlamentares chega ao Senado. **Página 4**

CPI terá acesso a dados de conta de Duda nos EUA

Órgão de combate a crimes financeiros enviará informações ao Coaf, que as repassará ao Congresso

Uma reunião de representantes da CPI dos Correios com a Financial Crimes Enforcement Network, dos Estados Unidos, viabilizou o fornecimento de informações sobre conta do pu-

blicitário Duda Mendonça naquele país. Os dados serão repassados ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que os compartilhará com os parlamentares. **Página 3**



Na CPI dos Correios, Faria de Sá, Lorenzoni, Fruet, Delcídio e Carlos William discutem mais convocações e quebras de sigilo

Orçamento entra em fase decisiva na segunda-feira

Para permitir que o Congresso Nacional vote até o dia 14, ainda dentro do período de convocação extraordinária, o Orçamento da União para este ano, a Comissão Mista de Orçamento começa na segunda-feira uma jornada intensa.

Está prevista a retomada da análise dos relatórios setoriais, suspensa ontem. O deputado Nelson Meurer, sub-relator da área de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, apresentou parecer a 208 destaques sugeridos ao relatório. **Página 5**

Em busca da inclusão dos deficientes

Um evento vai levar a sociedade a refletir sobre maneiras de inserir no meio social 25 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. É a Campanha da Fraternidade, que começa em 1º de março. Promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a campanha foi tema de discurso do senador Flávio Arns, que anunciou a realização de sessão em 22 ou 23 de março para analisar a inclusão dos portadores de deficiência. **Página 6**



Paim (segundo à esquerda) e Barreto (C) coordenam reunião com sindicalistas

Como valorizar o mínimo? Sindicalistas dão sugestões

Sugestões simples, como eliminar impostos sobre a cesta básica, ou complexas, como implantar a reforma tributária, foram apresentadas ontem por representantes

de trabalhadores à Comissão Mista do Salário Mínimo. O objetivo é encontrar maneiras de aumentar o poder de compra do piso salarial brasileiro. **Página 7**



Mestrinho (E) e Merss (D) participam de mais uma rodada de discussão dos relatórios

Uma das pioneiras dos canais legislativos, a TV Senado, criada em 5 de fevereiro de 1996, serviu de modelo para outras emissoras e é fonte de informação e cidadania



O trabalho legislativo é o ponto central da TV Senado: na foto, o senador José Sarney é entrevistado para um dos programas de debate

TV Senado comemora dez anos com relato de sua trajetória

Para comemorar seus dez anos de existência, a TV Senado exibe hoje e neste fim de semana o programa *Repórter Senado – O Parlamento no Ar*. A jornalista Myriam Violeta faz um retrato dessa trajetória e mostra que nesses dez anos a TV Senado fez escola. Pioneira dos canais legislativos, a TV Senado serviu de modelo para outras emissoras, como as que divulgam os trabalhos das assembleias legislativas de São Paulo, Rio de Janeiro e a própria TV Câmara. Os desafios a transpor, o trabalho árduo, os prêmios e o reconhecimento do público fazem parte dessa história. O programa irá ao ar hoje às 22h30, no sábado, às 16h e 21h30, e no domingo, às 15h30 e 22h.

Também neste fim de semana a TV Senado exibe o programa *Diplomacia*, que tem como tema

“Novos cenários políticos na América Latina”. Para tratar do assunto, foram convidados os cientistas políticos Paulo Roberto de Almeida e Antônio Barbosa.

Debates

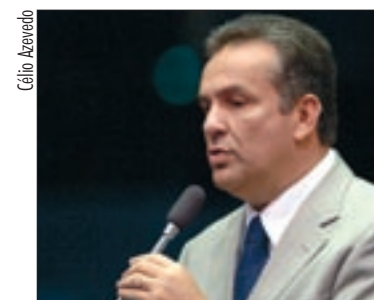
O programa, que vai ao ar no sábado, às 11h30, e no domingo, às 9h, discute a chegada ao poder dos presidentes Lula, no Brasil; Hugo Chávez, na Venezuela; Evo Morales, na Bolívia; Néstor Kirshner, na Argentina; Tabaré Vasquez, no Uruguai, e Michele Bachellet, no Chile. O programa também trata da provável vitória eleitoral de outros políticos identificados como esquerdistas ou nacionalistas no Peru, no México e na Nicarágua ainda este ano. Os dois cientistas debatem a guinada à esquerda no subcontinente e o afastamento, pelos novos governos, das políticas neoliberais que

estiveram em voga nos anos 90.

Outro destaque da programação é o *Espaço Cultural*, que nesta semana dá seqüência à série de programas especiais sobre dança e exibe o *Ballet Kabuki*, do coreógrafo belga Maurice Béjart. O espetáculo apresentado pela TV Senado traz a encenação de uma das mais populares peças do teatro tradicional japonês Kabuki, o *Chushingura*, que conta a história de vassallos que vingaram a morte de seu patrão e depois se suicidaram. O programa será exibido no sábado, às 24h, e no domingo, às 14h30.

A TV Senado pode ser sintonizada pelo canal 51 UHF e canal 07 (Net Brasília). Também no canal 96 da Sky, 217 da DirecTV e 17 da Teccat. Mais informações no endereço eletrônico www.senado.gov.br/tv.

Luiz Otávio destaca valor da cultura brasileira



A Rádio Nacional e o Ministério da Cultura foram homenageados por Luiz Otávio

A cultura brasileira – com destaque para a importância da Rádio Nacional e do Ministério da Cultura – foi tema de pronunciamento do senador Luiz Otávio (PMDB-PA) no Plenário. Segundo o parlamentar, o Ministério da Cultura, criado em 1985, é uma instituição do mais alto nível, que promove ações voltadas para a “valorização dos modos de ser e fazer dos brasileiros e do seu incomensurável patrimônio”.

– Creio que, ao lado das leis de incentivo fiscal à atividade cultural, a implantação do ministério terá sido o mais arrojado e decisivo ato oficial para a pro-

moção da cultura em nosso país, compromisso histórico da Nova República, que José Sarney cumpriu com prazer – afirmou.

Luiz Otávio destacou ainda a importância da Rádio Nacional, que desde sua criação, há 70 anos, “ganhou audiência e prestígio, na condição de veículo de informação e difusor de valores da cultura brasileira”.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

A sessão plenária de hoje está marcada para as 9h. De caráter não-deliberativo, ela é destinada aos debates dos parlamentares e aos comunicados da Mesa diretora da Casa, sem a votação de projetos. Entre os senadores inscritos para discursar na tribuna estão José Jorge (PFL-PE) e Romeu Tuma (PFL-SP).

Central de relacionamento com o cidadão

O Alô Senado recebe e encaminha opiniões e sugestões dos cidadãos, informa sobre o funcionamento da Casa e a tramitação de propostas. O serviço funciona pelo telefone 0800 612210, das 8h às 20h, nos dias úteis; pelo correio eletrônico alosenado@senado.gov.br; por formulário no site www.senado.gov.br; ou por carta, endereçada ao Alô Senado: Anexo D, Bloco 4, térreo do Senado Federal, CEP 70165-900, Brasília (DF).

Dez anos da TV Senado

Para comemorar seus dez anos de existência, a TV Senado exibe o programa *Repórter Senado – O Parlamento no Ar*. O programa irá ao ar hoje, às 22h30; amanhã, às 16h e 21h30; e no domingo, às 15h30 e 22h.

Especial sobre JK

Hoje, às 20h, a Rádio Senado apresenta a segunda parte do programa especial *50 Anos da Posse de JK*. A série trata da trajetória do presidente que tinha o compromisso de fazer o Brasil crescer “50 anos em 5”.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Romeu Tuma, Luiz Otávio, Augusto Botelho, Alvaro Dias e Mão Santa e pela senadora Lúcia Vânia

Deputados da CPI dos Correios em missão nos Estados Unidos devem divulgar na próxima semana, em entrevista coletiva, as informações obtidas na viagem

Sindicato de funcionários quer autonomia do BC

A autonomia do Banco Central (BC) é importante, na opinião do presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), David Falcão, para diminuir a corrupção no Brasil. Depondo como convidado na Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, da CPI dos Correios, ele defendeu também o fortalecimento das entidades fiscalizadoras e maior integração entre elas como medidas necessárias ao combate à corrupção.

Falcão salientou que, para o BC poder realizar uma fiscalização eficiente, é necessário que a instituição tenha autonomia operacional, orçamentária e administrativa. Ele informou que banco central autônomo é uma tendência mundial.

Articulação

O processo de desativação do sistema de fiscalização de alguns estados brasileiros, a partir de 1999, na opinião do presidente do Sinal, contribuiu para o aumento das operações de lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Para ele, é preciso que o Brasil tenha um sistema de fiscalização eficiente para evitar ações ilícitas.

Falcão disse ainda que a falta de articulação entre os órgãos estatais fiscalizadores, especialmente os que compõem o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), é o fator que mais contribui para o aumento da prática da lavagem de dinheiro.

Para o vice-presidente do Sinal, Paulo Eduardo de Freitas, todos os “pontos de oportunidade de corrupção” devem ser eliminados. Como exemplo, ele citou o fim das nomeações para os tribunais superiores, que podem ocorrer por motivação política, levando aos cargos pessoas mais voltadas à atuação político-partidária do que ao exercício da função.



Delcídio (ao centro, sentado) foi informado por Serraglio, por telefone, que a CPI terá acesso aos dados que serão enviados ao Coaf

Parlamentares obtêm acesso aos dados bancários de Duda nos EUA

O relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), que se encontra nos Estados Unidos colhendo informações sobre as contas do publicitário Duda Mendonça, comunicou ao presidente da comissão, senador Delcídio Amaral (PT-MS), por telefone, que a viagem teve o resultado esperado.

Após reunião com representantes da Financial Crimes Enforcement Network (FinCEN),

Serraglio e Maurício Rands (PT-PE) e Eduardo Paes (PSDB-RJ), relatores-adjuntos, foram comunicados de que as informações serão encaminhadas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), do Ministério da Fazenda, que irá compartilhar os documentos com a CPI.

Delcídio aproveitou para pedir aos parlamentares maior cuidado na manipulação dos dados a serem recebidos, a fim de evitar

vazamento de informações sigilosas, como aconteceu durante os trabalhos da CPI do Banestado. O episódio, ocorrido em 2003, dificultou a atuação da CPI dos Correios quando houve necessidade de acesso a dados sigilosos, relativos à remessa de recursos para o exterior.

Serraglio disse que divulgará as demais informações sobre o trabalho nos EUA em entrevista coletiva na próxima semana.

Convocação do publicitário ainda em discussão

Apesar de o publicitário Duda Mendonça e de o ex-presidente de Furnas Centrais Elétricas Dimas Toledo terem voltado ao foco das investigações da CPI dos Correios, os parlamentares só vão analisar os requerimentos para a convocação dos dois na próxima semana, como informou ontem o presidente da CPI, senador Delcídio Amaral.

A convocação de Toledo voltou a ser discutida depois das declara-

ções do ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), que confirmou na quarta-feira ter recebido R\$ 75 mil do ex-diretor, originários de suposto esquema de corrupção montado na estatal para beneficiar aliados do governo de Fernando Henrique Cardoso. Jefferson afirmou que existe uma lista com os deputados beneficiados. Por essa razão, Delcídio disse que será enviado requerimento à Polícia Federal para que repasse os re-

sultados sobre essa lista.

– Não podemos criar um festival de listas que podem prejudicar e complicar as investigações nessa reta final. É preciso verificar se ela tem procedência – assinalou.

Já Duda Mendonça precisaria explicar a existência de uma nova conta supostamente encontrada no exterior.

– O relator [Osmar Serraglio] acha que a convocação de Duda pode esperar – comentou.

Comissão aprova mais convocação e quebras de sigilo

A CPI dos Correios aprovou, em reunião administrativa realizada ontem, dez requerimentos de transferência dos sigilos bancário e fiscal de empresas ligadas às investigações da Sub-Relatoria de Contratos. Além disso, aprovou a abertura dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de outras sete pessoas ligadas à transportadora Skymaster, como o advogado Marcus Valérius Pinto de Macedo. Em depoimento anterior à CPI, Valérius foi preso por desacato.

A Skymaster é acusada de superfaturar contratos firmados com os Correios e de enviar recursos ilegalmente para o exterior. Ela teria causado um prejuízo de R\$ 64 milhões à estatal. Também é acusada de fazer licitações forjadas em conluio com outra transportadora, a Brazilian Express Transportes Aéreos (Beta). A convocação de funcionários ligados às duas empresas também foi aprovada.

Os parlamentares aprovaram ainda mais de 60 requerimentos em bloco, entre eles a requisição de documentos e registros das audiências e reuniões ocorridas no Palácio do Planalto com representantes do BMG e com o empresário Marcos Valério. Também pediram informações ao Banco do Brasil sobre a utilização do Fundo de Incentivo Visanet.

Foram aprovadas ainda as convocações de mais pessoas ligadas às investigações da Sub-Relatoria de Fundos de Pensão, como Jorge Luiz de Oliveira, ex-diretor de investimentos do fundo do Serpro, e Renato Marques, ex-presidente da Prece (fundo da Companhia de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro). Também será ouvido Murillo Rego, corretor que aparece envolvido com as perdas nos fundos investigados pela CPI.

Ex-diretor assume ter reintegrado Maurício Marinho aos Correios

Em depoimento ontem à Sub-Relatoria de Contratos, da CPI dos Correios, o ex-diretor regional da estatal Waldemir Freire Cardoso assumiu que, no início da década de 90, comandou o processo que reintegrou à empresa o também ex-diretor Maurício Marinho, pivô do escândalo que levou à criação da comissão.

Waldemir chegou ao posto de diretor, segundo ele próprio admitiu, por

indicação do ex-deputado pelo PTB Roberto Jefferson, que denunciou o esquema do mensalão e teve seu mandato cassado por quebra de decoro.

Para o sub-relator, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), a negociação que trouxe Marinho de volta foi irregular. O funcionário havia se afastado dos Correios em 1984, após denúncias de irregularidades, como as de que teria utilizado a infra-estrutura

da estatal para reformar sua casa.

Em 1993, segundo o depoente, Marinho entrou com uma ação judicial pleiteando seu retorno à regional de Belém do Pará, onde o depoente atuava. Waldemir, então, teria orientado o escritório de advocacia Barra Brito, que prestava serviços aos Correios, a emitir parecer favorável a Marinho.

Para o deputado, Marinho não poderia ter sido readmitido sem concurso.



Waldemir Cardoso (E), ao lado de Asdrúbal Bentes, em audiência na CPI

Projeto acolhido pela Câmara dos Deputados estabelece que convocação do Congresso só poderá ocorrer se aprovada por maioria absoluta de cada uma das Casas

Proposta que reduz recesso parlamentar chega ao Senado

O Senado Federal acaba de receber duas propostas de emenda à Constituição (PECs), aprovadas em segundo turno, na última quarta-feira, pela Câmara dos Deputados. A PEC 8/06 reduz o recesso parlamentar de 90 para 55 dias. A proposição tem como primeiro signatário o deputado Nícias Lopes Ribeiro (PSDB-PA).

Essa mesma PEC modifica também as regras da convocação extraordinária do Congresso Nacional. De acordo com a matéria, a convocação, mesmo quando for de iniciativa do presidente da República, só poderá ocorrer se aprovada por maioria absoluta de cada uma das Casas.

A PEC 7/03 (347/96, na Câmara), que tem o deputado Maurício Rands (PT-PE) como primeiro signatário, permite a contratação de agentes comunitários de saúde por meio de seleção pública em vez de concurso público. Ambas as propostas serão analisadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



Dias de recesso dos Parlamentos no mundo

Alemanha	55
Argentina	90
Brasil	54 ou 55*
Colômbia	118
Equador	60
Espanha	93
França	92
Guatemala	90
Honduras	116
Paraguai	70
Portugal	92
Reino Unido	115
Suíça	182
Uruguai	75 ou 166**
Venezuela	50

* Segundo a PEC aprovada pela Câmara. Hoje, é de 90 dias.

** Em anos de eleições, o recesso é aumentado para 166 dias.

Suplicy sugere a Renan que convide Lula a vir ao Congresso

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu o comparecimento do presidente Lula ao Congresso para leitura de sua mensagem anual ao Parlamento. Suplicy disse acreditar que tal atitude pode melhorar as relações entre o Palácio do Planalto e o Congresso e sugeriu ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que faça convite ao presidente nesse sentido.

– Creio que se criaria uma situação positiva e se estabeleceria uma relação mais ampla entre a Presidência da República e o Congresso – observou.

O senador asseverou que, quando Lula veio ao Congresso em 15 de fevereiro de 2003, primeiro ano de seu mandato, foi muito bem recebido por senadores e deputados. Já nos dois anos seguintes, o presidente enviou sua mensagem, que foi lida pelo 1º secretário da Mesa do Congresso.

Suplicy afirmou que havia certa preocupação por parte da Presidência da República de que



Suplicy lembra repercussão internacional de mensagem do presidente dos EUA

Lula não fosse bem recebido. Mas que o ministro das Relações Institucionais, Jacques Wagner, em conversas com congressistas, teria concluído que o temor é infundado.

O parlamentar lembrou a grande repercussão internacional da mensagem do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, ao Congresso norte-americano, em 31 de janeiro, transmitida ao vivo por todos os meios de comunicação.

Imperador comparecia à Assembléia

A proposta do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) de que o presidente da República compareça anualmente ao Congresso não é novidade no país. Na abertura e no encerramento da Assembléia Geral, o imperador proferia a chamada Fala do Trono. Era a única ocasião em que ele era visto portando a coroa imperial, o cetro e os trajes majestáticos. A pintura conhecida como a *Fala do Trono*, de autoria de Pedro Américo de Figueiredo e Melo, retrata a cerimônia de 3 de maio de 1872. Na tela, estão representadas figuras importantes do cenário político do Império, como o Visconde de Abaeté, Antônio Paulino Limpo de Abreu, presidente do Senado; o Marquês (depois Duque) de Caxias; o Visconde do Rio Branco; a imperatriz, dona Teresa Cristina; e a Princesa Isabel.

Senadores lamentam morte da mãe de Tasso Jereissati

A maioria dos senadores assinou, na manhã de ontem, em Plenário, três requerimentos encaminhados à Mesa para que sejam enviadas à família do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) manifestações de condolências pelo falecimento de sua mãe, dona Maria de Lourdes Ribeiro Jereissati.

O primeiro requerimento foi apresentado por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que manifestou a tristeza que sentia pela morte da mãe do parlamentar. Na presidência da sessão, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse que esteve domingo no hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, onde dona Maria de Lourdes estava internada e se preparava para uma grave cirurgia. A maior parte da sessão foi dedicada a manifestações de pesar dirigidas à família enlutada.

O falecimento da mãe de Jereissati foi comunicado ao Plenário pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Também ocuparam a tribuna para registrar solidariedade à família de Jereissati os senadores Delcídio Amaral (PT-MS), Luiz Otávio (PMDB-PA) e José Agripino (PFL-RN), em nome das lideranças e das bancadas dos respectivos partidos. O se-

nador Tião Viana (PT-AC), que ocupava a presidência da Mesa, associou-se às manifestações.

César Borges (PFL-BA) solidarizou-se com a família e fez elogios ao senador, afirmando que, além de apreço pela mãe, Jereissati sempre teve retidão e compromisso com o povo nordestino.

Em aparte, Pedro Simon (PMDB-RS) assinalou que tinha muito apreço pela mãe do senador. Heráclito Fortes (PFL-PI) solidarizou-se com a família e ressaltou que Jereissati é uma figura pública extraordinária.

Ramez Tebet (PMDB-MS), Alberto Silva (PMDB-PI), Leonel Pavan (PSDB-SC), José Jorge (PFL-PE), Paulo Octávio (PFL-DF), Demostenes Torres (PFL-GO), Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC), Alvaro Dias (PSDB-PR), Valdir Raupp (PMDB-RO), Flávio Arns (PT-PR), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Gilvam Borges (PMDB-AP), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Aloizio Mercadante (PT-SP) e José Sarney (PMDB-AP) manifestaram votos de pesar à família e registraram a atuação parlamentar e política de Jereissati.

Mão Santa homenageia Alberto Silva, chamado de "JK do Piauí"

O senador Mão Santa (PMDB-PI) ocupou ontem a tribuna para homenagear o senador Alberto Silva, colega de partido e estado. Segundo Mão Santa, Alberto Silva "mudou a cara" do Piauí na primeira metade da década de 70, quando governou o estado. Mão Santa lembrou diversas obras executadas pelo ex-governador durante o exercício de dois mandatos (71/75 e 87/91) e destacou artigo do jornalista Zózimo Tavares, publicado no jornal piauiense *Diário do Povo* no último dia 31, em que Alberto Silva é classificado como "JK do Piauí".

– Com Alberto Silva, o Piauí virou um canteiro de obras. Não houve até hoje um governante com tanta empatia com o povo. Essas são as palavras de Zózimo, um grande jornalista e também piauiense – ressaltou.

Mão Santa afirmou ainda que se considera um "filhote político" de Alberto Silva, assim como o senador Heráclito Fortes (PFL-PI).

Em aparte, Heráclito lembrou



Mão Santa diz que então governador "mudou a cara" do Piauí nos anos 70

que Alberto Silva, que também foi prefeito, deputado federal e exerce o segundo mandato de senador, fez uma verdadeira revolução no Piauí. "Tenho muito orgulho de ter começado minha vida pública com ele", frisou.

Apartearam Mão Santa para homenagear Alberto Silva os senadores José Jorge (PFL-PE), Leonel Pavan (PSDB-SC), Gilvam Borges (PMDB-AP), Ramez Tebet (PMDB-MS), Demostenes Torres (PFL-GO) e Lúcia Vânia (PSDB-GO).



Agripino: recursos poderiam ser usados em obras nas regiões pobres, como o Nordeste

Agripino critica operação feita para pagar FMI

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), criticou, em discurso no Plenário, a operação financeira que permitiu ao governo brasileiro pagar, no último mês, dívida de US\$ 15,5 bilhões ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Segundo o parlamentar, o governo federal quitou a dívida – cujos juros eram de 4% ao ano – captando reais no mercado interno a 17% anuais. Pela estimativa do parlamentar, um juro líquido adicional de 13% representa um aumento de gastos de US\$ 2 bilhões ao ano para o país.

Na avaliação de José Agripino, a operação levou o governo a perder recursos que permitiriam terminar a construção do aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN), cujas obras estão paradas, e dos metrô das cidades de Salvador e Recife.

O senador disse que a construção daquele terminal aeroviário é um dos sonhos do Rio Grande do Norte. Ele observou que, pela privilegiada posição geográfica do estado, o novo aeroporto poderá funcionar como um entreposto para distribuição de mercadorias estrangeiras no Brasil e países da América do Sul.

CMO já aprovou dois relatórios; restam pendentes a votação dos destaques de seis, a leitura da área de Fazenda, Desenvolvimento e Turismo, e a apresentação do setor de Infra-Estrutura

Comissão de Orçamento retoma análise de relatórios na segunda

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), adiou para a próxima segunda-feira, às 19h, a retomada do exame dos relatórios setoriais do Orçamento para 2006.

Os trabalhos foram suspensos ontem devido à realização de sessões deliberativas na Câmara e no Senado. O deputado Nelson Meurer (PT-PR) acabara de ler parecer aos destaques apresentados ao relatório de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. Ele indicou acréscimo de R\$ 17,5 milhões nos valores das emendas de bancada, que receberão adicionais entre R\$ 1 milhão e R\$ 3 milhões, cada uma.

Ainda não foi apresentado à CMO um relatório, o de Infra-Estrutura, cujo relator é o deputado José Prianti (PMDB-PA). Ontem, Prianti disse que aguarda o repasse de R\$ 250 milhões da relatoria geral para fechar o docu-



Mestrinho (à esquerda) adiu para segunda a retomada do exame dos relatórios setoriais

mento. Os recursos seriam destinados a ampliar os valores das emendas das bancadas estaduais. Segundo ele, o repasse foi um compromisso assumido pelo relator-geral, deputado Carlito

Merss (PT-SC). Merss explicou que as pressões por mais recursos partem de todas as áreas setoriais, mas neste momento ele não dispõe de previsão de receitas para atender às demandas.

Ideli defende pagamento antecipado de dívida com FMI



Ideli: "Multiplicação de reservas nos permitiu pagar o FMI sem mexer no nosso dinheiro"

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) rebateu a afirmação do senador José Agripino (PFL-RN) de que o pagamento antecipado da dívida de US\$ 15,5 bilhões do Brasil ao Fundo Monetário Internacional (FMI) representaria prejuízos para o país.

Segundo Ideli, o empréstimo junto ao FMI tinha a finalidade de recompor as reservas brasileiras e não poderia, portanto, ser utilizado em obras.

– Quando Lula tomou posse, o Brasil tinha uma reserva cambial líquida que não chegava a US\$ 14 bilhões, além do empréstimo do FMI. Ao longo dos últimos três anos, o governo transformou essas reservas em US\$ 54 bilhões, mais os recursos do Fundo. Os recursos pagos não entraram na contabilidade do nosso caixa – explicou.

Em aparte, Agripino afirmou que o raciocínio da senadora não estava correto, pois todo dólar que entra no país é transformado em real e, portanto, passa a integrar o meio circulante.

Heloísa Helena aponta convergência entre Lula e FHC



Heloísa diz que o impacto da política econômica de Lula é maior na vida dos mais pobres

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) apontou similaridade na política econômica dos governos Lula e Fernando Henrique Cardoso, invocando as relações de ambos com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O atual governo teria, segundo ela, continuado a atender metas traçadas pelo Fundo desde o governo passado.

– Não é honesto estabelecer que este e o outro governo romperam com o FMI. Isso é uma farsa intelectual e uma fraude política – sustentou Heloísa.

Outros pontos de convergência assinalados pela senadora foram o aumento da carga tributária e a elevação da dívida pública, estimada hoje em R\$ 1 trilhão. Segundo afirmou, a condução da economia nesses moldes tem maior impacto sobre a população mais pobre, que, proporcionalmente, paga mais impostos e amarga aumento de desemprego, com a redução do consumo e retração nos investimentos sociais. Os senadores José Jorge (PFL-PE) e Heráclito Fortes (PFL-PI) apoiaram o discurso da senadora.



Para Lando, portas foram abertas, "agora sob o manto da lei", para a ocupação da região

Amazônia está ameaçada, diz Amir Lando

Amir Lando (PMDB-RO) ocupou a tribuna ontem para criticar a aprovação pelo Senado, na noite anterior, do projeto que permite a concessão para empresas privadas explorarem áreas florestais da Amazônia.

Segundo o senador, a proposta (PLC 62/05), que retornou à Câmara, pode ameaçar o domínio territorial brasileiro sobre a região amazônica. Cerca de 300 milhões de hectares poderiam ser administrados por empresas por até 40 anos.

– Abrimos as portas para a ocupação, agora sob o manto da lei, da nossa Amazônia, que foi preservada até hoje como um dos últimos capítulos da geografia natural. O povo e o território constituem a essência da formação nacional. O território hoje se encontra ameaçado – afirmou o senador.

Classificando o resultado da votação do Plenário de “derrota cruel” e “golpe no sentimento de nacionalidade”, Amir Lando disse que recebeu diversas mensagens eletrônicas de repúdio à decisão do Senado.

– Tenho de chorar sobre minha Amazônia e pensar que a água do meu pranto possa lavar a dor que se abate sobre todos os amazônidas – lamentou.



José Jorge salienta que presidente da entidade é do conselho fiscal da ONG

José Jorge: TCU proibiu repasse do Sebrae a ONG ligada ao PT

O senador José Jorge (PFL-PE) anunciou, ontem, que o Tribunal de Contas da União (TCU), em decisão tomada por unanimidade, proibiu o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) de repassar recursos à organização não-governamental (ONG) Instituto Cidadania, ligada

ao PT, por entender que o trabalho realizado pela ONG nada tem a ver com os objetivos do Sebrae.

– O presidente do Sebrae é Paulo Okamoto, o amigo do presidente Lula que pagou quase R\$ 30 mil de suas dívidas com o PT. Além disso, ele é integrante do conselho fiscal da ONG. Tudo isso configura

tráfico de influência – assegurou.

José Jorge lembrou que Okamoto depôs na CPI dos Bingos sobre o pagamento da dívida de Lula, quando este era dirigente do PT, mas deixou dúvidas quanto à origem do dinheiro e não apresentou recibos dos quatro pagamentos de parcelas da dívida que disse ter

feito, em quatro bancos. Por esses motivos, explicou, a comissão aprovou quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Okamoto. O senador disse estranhar a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) contra a quebra de sigilos do presidente do Sebrae.



Pavan culpa "disputas regionais e futricas de vizinhança" pela queda da proposta

Pavan: interesses pessoais derrubaram verticalização

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) afirmou ontem que "interesses pessoais, localizados e casuísticos, dirigidos à lógica da paróquia eleitoral", podem explicar uma grande parte dos discursos contra a verticalização.

– Devemos deixar claro que muitos dos que se uniram e lutaram pelo fim da verticalização não o fizeram impulsionados por convicções teóricas, ou por entenderem que seu prosseguimento era maléfico ao nosso sistema político-eleitoral. Assim, disputas regionais e futricas de vizinhança acabam por pautar a agenda eleitoral nacional, transformando-a em refém das brigas de compadres e comadres – ressaltou.



Motta cita projetos de Paulo Hartung como a recuperação das finanças públicas

Motta acusa governo de fazer propaganda enganosa

O senador João Batista Motta (PSDB-ES) acusou o governo de "usurpar o trabalho dos governadores", gastando muito em "propaganda enganosa" nos estados, tentando mostrar como sendo de iniciativa federal obras desenvolvidas pelas administrações estaduais.

Ele afirmou que os governadores lutam para colocar em prática programas que aumentem o emprego e promovam o desenvolvimento. No caso do Espírito Santo, citou vários projetos do governador Paulo Hartung, como a recuperação das finanças públicas, a melhoria das estradas e a isenção de impostos sobre produtos de primeira necessidade.

Segundo Flávio Arns, que anunciou da tribuna os objetivos da CNBB, o Senado deverá realizar uma sessão solene em 22 ou 23 de março para discutir o assunto

Pessoa com deficiência é o tema da Campanha da Fraternidade

Em nome da liderança do bloco governista, o senador Flávio Arns (PT-PR) disse ontem, em discurso no Plenário, que a Campanha da Fraternidade deste ano, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), abordará o tema da pessoa com deficiência. Segundo o senador, existem hoje no Brasil 25 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, e a campanha, que começa no dia 1º de março, no início da Quaresma, tem por objetivo inserir essas pessoas no meio social.

O Senado deverá realizar uma sessão solene em 22 ou 23 de março para discutir o tema, informou o senador, que disse também ter mantido encontro com representantes da CNBB, juntamente com o senador Eduardo Azeredo



Arns observa que existem hoje no país 25 milhões de pessoas com deficiências

(PSDB-MG), presidente de sub-comissão da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) que trata das questões ligadas aos portadores de deficiência.

No ano passado, afirmou Arns, o tema da Campanha da Fraternidade foi a água e a CNBB contribuiu muito para o sucesso do debate.

– As igrejas católicas estão em todo o país, o que contribui para o êxito dos debates, e a CNBB sempre está abordando um tema importante para a sociedade – destacou. A campanha terá duração de 40 dias.

Escoteiros

Flávio Arns informou também que foi eleito presidente da União Parlamentar Escoteira do Brasil, e que o deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) foi eleito secretário. A entidade, assinalou, tem por objetivo incentivar o escotismo e multiplicar o número de escoteiros no Brasil, que ainda é pequeno.

Segundo Arns, o escotismo proporciona ao jovem "uma educação não formal, uma oportunidade para que tenha amigos, para que ame a natureza e aprenda princípios fundamentais".

Suassuna quer repactuação das dívidas agrícolas

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) fez um apelo ontem aos demais senadores para que apoiem o relatório que o senador Fernando Bezerra (PTB-RN) apresentará ao projeto que trata da repactuação de dívidas agrícolas (PLC 142/05) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Suassuna lembrou que Bezerra estipulou a próxima semana como prazo final para chegar a um entendimento com o governo federal a respeito do projeto. Segundo o senador, Bezerra já comunicou que, se a negociação com o governo não for favorável aos agricultores, ele manterá o texto aprovado pela Câmara,



Suassuna pede aos colegas apoio ao projeto que tramita na CAE

que autoriza a renegociação de dívidas rurais contratadas até 31 de dezembro de 2000 na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), inclusive os débitos já renegociados anteriormente.

– Nós, da bancada nordestina, vamos buscar uma segunda renegociação para a região. Não se pode comparar os produtores do Piauí e da Paraíba com os do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais. Sou da bancada de apoio ao governo, mas entre os agricultores nordestinos e o governo, opto pelos agricultores – afirmou.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) frisou que a repactuação das dívidas deve incluir a correção das distorções existentes no saldo devedor, o alongamento do perfil da dívida e a anistia para os produtores que tiveram perdas na safra provocadas por questões climáticas.

Flexa Ribeiro denuncia invasão de fazenda no Pará

Em discurso no Plenário, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) solicitou à Ouvidoria Agrária Nacional ação urgente para impedir a ocupação, por membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da fazenda Lagoa Azul, de propriedade da empresa Camargo Corrêa Metais, no município de Breu Branco (PA).



Senador afirma que sem-terra roubam madeira e destroem benfeitorias

A fazenda já foi invadida quatro vezes, segundo Flexa Ribeiro, e está ameaçada de nova invasão por membros do MST que ficam acampados à beira de estradas. O senador disse que os trabalhadores sem-terra roubam madeira da

fazenda e destroem benfeitorias. Flexa Ribeiro disse ainda que já foi instaurado inquérito policial para apurar as ações ilegais do MST na área.

Com área de 11 mil hectares, dos quais 80% de reserva legal, a fazenda é usada pela empresa para a produção de eucaliptos usados na indústria de silício metálico, informou o senador. Os investimentos da Camargo Corrêa Metais na produção de silício metálico, na região, são de aproximadamente US\$ 150 milhões e geram cerca de cinco mil empregos diretos e indiretos.



Heráclito quer saber quanto Wellington Dias investiu em obras no estado

Heráclito cobra promessas do governador do PI

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) cobrou ontem do governador do Piauí, Wellington Dias, do PT, a realização de promessas feitas nos três últimos anos. Segundo ele, as prefeituras passam por dificuldades financeiras e não têm como executar obras de infra-estrutura nos locais afetados pela seca, justamente por falta de recursos.

Heráclito disse que está levantando dados para apurar o montante de recursos que o governador empregou em obras e acusou-o de fazer afirmações levianas sobre as obras realizadas.

– Talvez cinco quilômetros de estradas aqui e ali. Este seria o máximo de obras – afirmou.



Projeto de Gilvam permite que jovem conduza veículo de pequeno porte

Gilvam propõe permissão para menor dirigir

Ao discursar ontem em Plenário, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) anunciou ter apresentado o Projeto de Lei do Senado (PLS) 26/05 que propõe a criação da Permissão Especial para Dirigir, destinada aos menores com idade entre 16 e 18 anos. Segundo a proposta, o documento permitirá que esses jovens possam conduzir veículos automotores de pequeno porte desde que acompanhados pelo pai, pela mãe ou pelo responsável legal. O projeto modifica o Código de Trânsito Brasileiro.

A expedição do documento dependerá de aprovação do candidato em exame regulamentado pelo Conselho Nacional de Trânsito.

Lúcia Vânia pede aprovação urgente da lei das micro e pequenas empresas

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) pediu aos parlamentares que aprovem com urgência o projeto que trata da lei geral das micro e pequenas empresas, em tramitação na Câmara. Caso a matéria não seja aprovada este ano, frisou, poderá haver um movimento negativo no setor, que reúne cerca de 3 milhões de empreendimentos no país.

A senadora disse que assim que a matéria for deliberada na Câmara virá para o Senado. O projeto, observou, traz como uma das maiores conquistas a instituição do Simples, sistema que reúne as cobranças de impostos em um só tributo e facilita a vida das pequenas empresas. Ela avalia que a medida irá abrir postos de trabalho, promover a desburocratização do setor e mais facilidade para as empresas de menor porte.

Mais de 300 empresários goianos estiveram em Brasília para assistir à votação da matéria, mas o Plenário da Câmara aprovou a retirada de pauta da proposta e a votação foi adiada para a próxima semana, informou a senadora.

Lúcia Vânia afirmou ainda que a Medida Provisória (MP) 275, que atualiza a Lei do Simples, causou preocupação, pois ampliou a carga tributária das pequenas empresas. Ela informou que um estudo do Instituto de



Projeto instituindo Simples facilita a vida das pequenas empresas, diz Lúcia Vânia

Planejamento Tributário aponta aumento de 76,73% da carga tributária das empresas de pequeno porte depois da edição da MP 275, que, para a Lúcia Vânia, “desfigurou o Simples”.

A senadora também disse que o governo está promovendo “marketing político” com o fato de ter quitado a dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

– Todos nós sabemos que isso foi uma jogada para que o governo faça disso uma bandeira de campanha – afirmou.

Lúcia Vânia frisou ainda que o governo aumentou a carga tributária em excesso e, por ter ampliado os gastos públicos, não poderá reduzir os tributos tão cedo.

Em aparte, Heráclito Fortes (PFL-PI) disse que o PT tem “dupla face”, uma que defende o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e outra que o critica.

Lobão propôs que o governo invista nas plantações de cana-de-açúcar para produzir álcool e gerar emprego para os trabalhadores rurais. Ele argumentou que a necessidade de combustível e a carência de emprego no setor justificam investimentos em caráter especial para a produção de álcool.

Os avanços tecnológicos, disse Lobão, eliminam o emprego humano e deixam milhões de pessoas – por falta de qualificação ou por falta de oportunidades – à margem da atividade econômica. Dos 191 milhões e 800 mil desempregados no mundo, quase metade é de jovens entre 15 e 24 anos, afirmou o senador.

Em aparte, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) argumentou que a luta pela dignidade humana envolve a luta pelo emprego. Ideli elogiou o senador por lembrar que o Brasil é uma exceção na tendência geral de desemprego no mundo e em especial na América Latina e no Caribe. Nessas regiões, o número de desempregados aumentou em 1,3 milhão de pessoas.



Lobão: plantações de cana-de-açúcar podem gerar postos para trabalhadores

Edison Lobão propõe investimentos para criação de empregos

Edison Lobão (PFL-MA) afirmou ontem que, apesar da queda dos índices de emprego na esfera mundial, o Brasil tem visto crescer desde 2004 o nível de emprego em todos os setores da economia. O emprego com carteira assinada cresceu 2% no país, na comparação mensal, e 6% na anual – ou mais de 466 mil postos de trabalho formais em 2005 –, como informou o senador.

Entre as propostas apresentadas durante audiência pública está a desoneração dos impostos incidentes sobre a cesta básica, os remédios e a construção civil

Trabalhadores sugerem medidas para valorizar o salário mínimo

Implantar a reforma tributária, assegurar a estabilidade econômica e promover a desoneração dos impostos incidentes sobre a cesta básica, os remédios e a construção civil. Essas foram algumas das propostas apresentadas ontem por entidades de trabalhadores que participaram de audiência pública na comissão especial mista criada para elaborar uma política permanente de reajuste do salário mínimo.

Instituída no fim do ano passado, a comissão tem como relator o senador Paulo Paim (PT-RS), que informou, em Plenário, que o colegiado ouvirá presidentes de confederações de empresários no próximo dia 7 e, no dia 14, representantes dos aposentados.

A audiência pública contou com a participação de representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Central Geral dos Trabalhadores do Bra-

sil (CGTB), da Força Sindical, da Coordenação Confederativa dos Trabalhadores (CCT), da Central Autônoma de Trabalhadores (CAT), da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), da Social Democracia Sindical (SDS) e da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT).

Os representantes das entidades trabalhistas afirmaram que uma política permanente de reajuste do salário mínimo poderá converter-se em um dos principais instrumentos de distribuição de renda no Brasil. Eles condenaram o argumento que associa a correção do mínimo ao aumento das despesas da Previdência Social e à falência das prefeituras de pequenos municípios.

– Alguma coisa está errada com essas prefeituras. Ou o dinheiro é mal administrado, ou esses municípios foram criados apenas

para formar curral eleitoral. São mais ou menos mil municípios que não podem prejudicar o resto da população brasileira – disse o presidente da CCT, Moacyr Roberto Auersvald.

Os trabalhadores também defenderam a antecipação da data-base anual do salário mínimo de maio para janeiro. Neste ano, por negociação entre o governo e as centrais sindicais, o salário mínimo de R\$ 350 será pago a partir de abril. Outra proposta apresentada pelas centrais é a que estipula o valor do mínimo a partir da variação anual do produto interno bruto (PIB). A sugestão é avaliada por Paim.

Essa foi a segunda audiência promovida pela comissão, que é presidida pelo deputado Jackson Barreto (PTB-SE). A primeira, na semana passada, contou com a participação do ministro do Trabalho, Luiz Marinho.



Paim (E) avalia proposta de representantes de trabalhadores (foto à dir.), de fixar valor do mínimo a partir da variação anual do PIB



Entidades representativas dizem que situação é injusta

O presidente da CUT, João Felício, afirmou que é preciso deixar de debater números e apontar um caminho definitivo para a valorização do salário mínimo. Segundo ele, a massa salarial nacional é extremamente baixa e quem sustenta o Estado brasileiro são os assalariados.

De acordo com o presidente da CGTB, Antônio Fernandes dos Santos Neto, a Previdência Social registrou ganhos de R\$ 51 bilhões nos últimos cinco anos. Esse dinheiro, acrescentou, vem sendo usado pelo governo no reforço do superávit primário, em detrimento da formulação de políticas sociais. A entidade defende a concessão pelo governo de incentivos fiscais para possibilitar a participação dos trabalhadores

nos lucros das empresas.

Para o secretário-geral da CGT, Canindé Pegado, é preciso haver diferenciação entre os gastos da Previdência Social e as despesas da Seguridade Social. Conforme Canindé, a mistura das duas rubricas reforça a tese do déficit previdenciário. O secretário-geral também sugere que a discussão sobre o valor do salário mínimo passe a ser feita em agosto, durante a fase de debates do Orçamento anual. Ele acha que a definição do valor do mínimo precisa considerar a diferença entre o menor e o maior salário público do país, que, avaliou, é de R\$ 20 mil – o do presidente do Supremo Tribunal Federal.

Conforme o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira

da Silva, ao ser instituído por Getúlio Vargas, em meados da década de 30, o valor do salário mínimo equivalia a US\$ 500. Segundo Silva, caso essa quantia tivesse sido reajustada pelos índices inflacionários dos últimos anos, o valor do salário mínimo estaria hoje em torno de R\$ 1.500, conforme dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese).

De acordo com o senador Paulo Paim, existem três estados brasileiros em que o valor do mínimo é diferente da quantia paga nas demais unidades federativas: o Paraná (R\$ 437, ainda sem a correção deste ano), o Rio de Janeiro (R\$ 326) e o Rio Grande do Sul (R\$ 407).



Valdir Raupp: Complexo do Rio Madeira envolve produção de energia e transporte

Raupp pede atenção para projetos

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) recomendou atenção para os projetos de produção de energia elétrica e transporte aquaviário chamados de Complexo do Rio Madeira. Raupp ressaltou que os empreendimentos têm grande importância econômica e estão sendo realizados dentro das normas ambientais.

– Não é exagero afirmar que, da viabilidade desse projeto, depende a suficiência energética do país para os próximos anos – enfatizou Raupp, que considera o Complexo do Rio Madeira, no valor total de R\$ 13,2 bilhões, a maior iniciativa do Plano Plurianual de 2004-2007.

Além do cuidado ambiental, o senador alertou para a necessidade do cumprimento de prazos, uma vez que o complexo é estratégico como parte da Iniciativa para a Integração de Infra-Estrutura Regional da América do Sul. Espera-se que as usinas do empreendimento, no qual estão envolvidas a iniciativa privada e estatais como Furnas e Eletronorte, gerem 6.500 megawatts de energia e que o comércio pela via do rio Madeira seja ampliado com o aumento da navegabilidade de uma das mais relevantes artérias fluviais da região amazônica.

Azevedo Brito, cuja designação obteve parecer favorável da CRE, informou que embaixada brasileira no Iraque será reaberta assim que as condições de segurança o permitirem

Brasil deve retomar comércio com o Iraque, anuncia embaixador indicado

Bastante intenso nas décadas de 70 e 80, o comércio bilateral entre o Brasil e o Iraque poderá ser restabelecido. O anúncio foi feito ontem, no Senado, pelo embaixador designado para Bagdá, Bernardo de Azevedo Brito, cuja indicação recebeu, também ontem, parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Ele disse que a embaixada brasileira naquele país, fechada durante a Guerra do Golfo, em 1991, será reaberta assim que as condições de segurança permitirem.

O diplomata informou que, caso sua indicação seja aprovada pelos senadores, pretende, inicialmente, deslocar-se com frequência entre Bagdá e Amã, a capital da Jordânia, onde se encontra o Núcleo de Assuntos Iraquianos. "Após as eleições de 15 de dezembro, procura-se compor um governo que deverá incluir os xiitas e os curdos, sem deixar de lado os sunitas. Caso contrário, será uma receita para continuar a situação de instabilidade e insegurança", observou Azevedo Brito, que já chefiou o escritório de representação do Brasil em Ramallah, na Palestina.

De acordo com o embaixador, existe muito interesse das duas partes em retomar o comércio, que, a seu ver, tem "grandes perspectivas". Ele recordou que o Brasil já chegou a exportar mais de US\$ 800 milhões anuais para o Iraque – país que detém a segunda maior reserva de petróleo do mundo.

Relator da mensagem de indicação, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) criticou a intervenção dos Estados Unidos no Iraque, mas disse esperar que cheguem "dias mais felizes para aquela região". Na opinião do senador, Azevedo Brito é o "homem exato para



Presidente da CRE, Saturnino (D) recebe Azevedo Brito (E) e Paulo Dyrceu Pinheiro

o momento exato".

Catar

A comissão também aprovou parecer favorável à indicação de Paulo Dyrceu Pinheiro para embaixador do Brasil no Catar – emirado de apenas 11.437 quilômetros quadrados e 863 mil habitantes, mas com renda per capita anual superior a US\$ 30 mil, uma das mais altas do mundo.

Segundo Pinheiro, o grande crescimento que a economia do Catar vem alcançando representa uma "oportunidade única" para o estabelecimento de associações e *joint ventures* entre empresas brasileiras e catarianas, que demonstraram interesse na cooperação durante a Cúpula Países Árabes-América do Sul, realizada em Brasília no ano passado. Ele observou que o Catar tem realizado investimentos maciços em infra-estrutura e desenvolvimento do turismo e da base educacional, que inclui a criação de um grande parque tecnológico.

Ao apresentar o relatório favorável à indicação para o Catar, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) aproveitou

a oportunidade para dizer ter sugerido ao presidente dos Estados Unidos, George Bush, que estendesse ao Iraque programa de distribuição de renda à população, semelhante ao estabelecido no estado norte-americano do Alasca, também produtor de petróleo.

Recebeu ainda parecer favorável, elaborado pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES), a mensagem presidencial que designa o atual embaixador brasileiro no Quênia, Antonio José Rezende de Castro, para exercer cumulativamente o cargo de embaixador na República de Ruanda.

No início da reunião, a CRE aprovou requerimento do senador Heráclito Fortes (PFL-PI) propondo o envio de convite ao embaixador na Tunísia, Sérgio Teles, para que compareça à comissão. O objetivo é obter informações a respeito do desaparecimento, no Iraque, do engenheiro brasileiro João José Vasconcellos, há um ano. O requerimento foi apoiado pelos senadores Eduardo Suplicy, Gerson Camata, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Jefferson Péres (PDT-AM).

Alvaro apóia protesto de parlamentares paraguaios contra maus-tratos a Oviedo

Alvaro Dias (PSDB-PR) divulgou ontem, em discurso no Plenário, o teor de carta que lhe foi enviada, em dezembro passado, por 17 parlamentares paraguaios, integrantes do Partido da União Nacional de Cidadãos Éticos (Unace), em que protestam contra a situação do general Lino Oviedo, preso devido à tentativa de golpe que liderou em 1996 contra o então presidente Juan Carlos Wasmosy.

Os parlamentares paraguaios – seis senadores e 11 deputados – informam que Oviedo "se encontra recluso em cárcere militar, sendo impedido, entre outras limitações que lhe são

arbitrariamente impostas, de usufruir os direitos fundamentais previstos na Convenção Americana de Direitos Humanos e no Protocolo de Pactos Cívicos e Políticos". O Paraguai, lembram os parlamentares, como signatário e membro da Organização dos Estados Americanos (OEA), deve respeito a essas convenções.

– O meu intuito, ao trazer esse caso à tribuna do Senado e dar publicidade a essa carta, é denunciar que, em um país limítrofe e irmão, integrante do Mercado Comum do Sul, em pleno século 21, um cidadão nacional é submetido à privação arbitrária e ilegal de



Carta lida por Alvaro denuncia que são negados ao general, na prisão, direitos fundamentais

liberdade – disse Alvaro Dias.

Oviedo, que também é acusado de ser o mentor do assassinato, em 1999, do então vice-presidente Luis María Argaña –, está cumprindo, desde 2004, uma pena de dez anos.



Ana Júlia quer pólo industrial no estado para racionalizar produção de minérios

Ana Júlia: cresce exportação no estado do Pará

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) comemorou ontem, na tribuna, o crescimento das exportações paraenses e atribuiu parte desse desempenho à política externa do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Informou que em 2005 o Pará exportou US\$ 4,8 bilhões, segundo dados da Federação das Indústrias do estado.

Na sua opinião, os bons resultados registrados pelo Pará podem ser explicados pelo bom momento da economia mundial e pela busca de novos mercados, como a Venezuela e a China, empreendida pelo governo Lula.

Crescimento

Ana Júlia informou que, entre 2004 e 2005, as vendas do estado para a Venezuela cresceram 51%. Nos últimos anos, assinalou, as exportações para a China aumentaram 43%. Ela disse que o Pará é a unidade da Federação que mantém comércio mais intenso com a Ásia.

A senadora destacou, no pronunciamento, previsões de que até o ano 2010 o Pará estará produzindo anualmente 30 milhões de toneladas de bauxita e 20 milhões de toneladas de alumina, tornando-se, nos dois casos, o maior exportador mundial. Ana Júlia observou, no entanto, que a mineração não recebe do governo paraense a atenção a que faz jus. E cobrou a criação de um pólo industrial no estado para verticalizar a produção de minérios.

Em aparte, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) creditou à atuação da Companhia Vale do Rio Doce o crescimento das exportações paraenses.